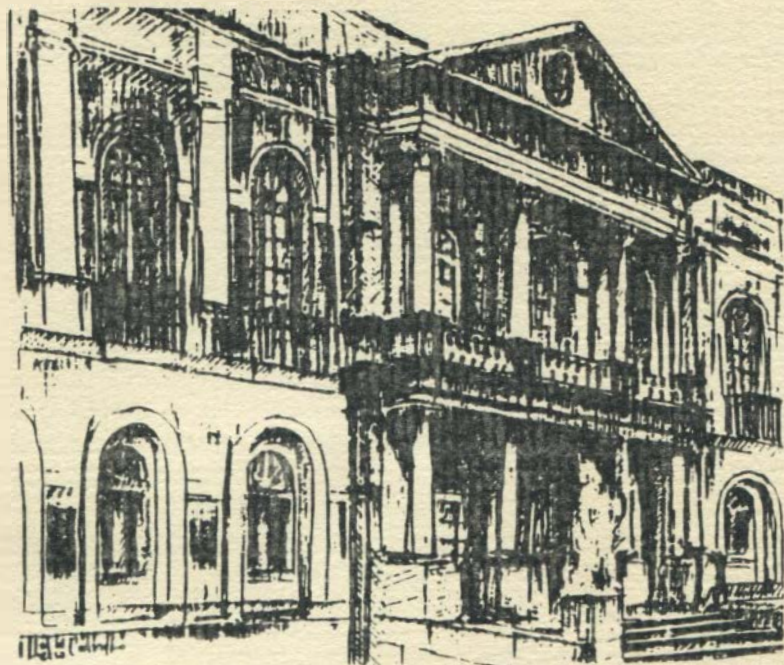


B o l e t i m d e
Conjuntura

volume 13

nº 2

Julho de 1993



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial

INUSITADO CRESCIMENTO

Numa economia com inflação na casa dos 2000% ao ano, o crescimento é, em princípio, impossível. De fato, com os preços movendo-se em tal velocidade, tendem a ocorrer fortíssimos deslocamentos de renda, beneficiando os agentes econômicos dotados de maior agilidade e lesando aqueles mais lentos. Cria-se com isto um meio ambiente caracterizado por brutais tensões sócio-políticas, enorme insegurança e, na prática, nulo potencial de crescimento. Nele, as empresas dificilmente responderão à melhoria das oportunidades de venda: condições favoráveis de demanda tendem a ser respondidas pela majoração ainda mais acentuada dos preços, abortando-se com isso eventuais oportunidades de crescimento.

Como se não bastasse o anterior, a inflação altíssima traz consigo um risco adicional e altamente inibidor, usualmente referido como "de política econômica". Entende-se: o descontrole inflacionário inevitavelmente sugere a iminência de grandes e profundas intervenções por parte dos poderes públicos. Ora, a percepção de que intensas mudanças estão por ocorrer praticamente obriga a atitudes eminentemente defensivas - o que mais uma vez nos leva a concluir pelo bloqueio do crescimento.

Os argumentos anteriores, convenhamos, são mais do que plausíveis. No entanto, só os desinformados ainda negam o fato de que a economia brasileira apresentará expressivo crescimento no ano de 1993. Como é isto possível?

O fato de que uns agentes são ágeis e outros morosos é inegável. Mas é também importante frisar que os efeitos nocivos desta diferença são tão mais graves quanto mais desprevenida se encontre a sociedade. Ou seja, na medida em que a inflação se incorpore à percepção dos agentes de como funciona aquela economia, redefinem-se os padrões de conduta. Mesmo as categorias ou grupos caracterizados por reações lentas (por exemplo, os proprietários de imóveis) tentam tornar-se ágeis. Genericamente, todos se dedicam à montagem de

verdadeiras estratégias de sobrevivência. O caso mais notório é talvez o do Estado cuja receita é, em regra, comida pela inflação altíssima, mas que em determinadas experiências chegou a montar esquemas aglíssimos de defesa de seus recursos. Com efeito, no caso limite brasileiro, a engenhosidade da burocracia logrou, através da Ufir, estabelecer a atualização diária de determinadas receitas.

A generalização e consolidação de esquemas de defesa perante a inflação têm uma consequência fundamental: cessa a redistribuição rápida e brutal da renda entre os atores, e, com isto, a alta inflação perde parte de sua destrutividade. Daí por diante, redistribuições traumáticas só ocorrerão como resultado de súbitas mudanças nas regras do jogo, promovidas pelos poderes públicos com o intuito de estabilizar a economia - o que nos leva a um segundo tipo de consideração.

A presunção de uma resposta governamental forte e abrangente ao desafio inflacionário constitui um poderoso fator de inibição diante de situações eventualmente propícias ao crescimento. Ocorre porém que, no caso do Brasil, a repetição de experiências traumáticas - e mal-sucedidas - de "estabilização" levou a sociedade a armar-se também contra mudanças intempestivas das regras do jogo. A opinião pública as repudia, o apoio político do Congresso deixou de ser facilmente obtido e, por último, mas não menos importante, as infundáveis contestações judiciais a que dão margem quaisquer "pacotes" passaram a constituir um poderoso freio aos impulsos dos *policy makers*. Surgia, assim, um insólito seguro anti-risco de política econômica, de eficácia não desprezível: desde fevereiro de 1991, não ocorrem reviravoltas de política econômica neste país. Ou, vista a questão por outro ângulo, atingia-se um simulacro de estabilidade - ao custo de uma redução da governabilidade.

Falta acrescentar, ao que precede, alguns traços marcantes da presente situação brasileira.

Primeiramente, parte, pelo menos, dos malefícios que deveriam advir da hiperinflação, paradoxalmente, já foram infligidos à economia brasileira. Assim, por exemplo, o endividamento dos agentes privados (aí incluído o crédito ao consumidor) já foi reduzido a um resíduo - o que significa que eles se encontram "leves" no que toca a assumir novos

compromissos. Para estes efeitos singulares é, pois, como se a hiperinflação já tivesse ocorrido no Brasil.

Por último, mas de grande importância, convém advertir que a altíssima inflação é sempre concebida (ainda que implicitamente) como um fenômeno de curto prazo, um ponto de passagem. Ora, no caso brasileiro, notoriamente se trata de um fenômeno de longa duração. A crucial implicação disto é que neste caso a produção - e o produto industrial muito particularmente - pode se encontrar a grande distância do potencial de produção. Concretamente, ao longo dos últimos doze anos, houve formação líquida de capital e aprendeu-se presumivelmente a usar melhor os equipamentos (*learning*). O produto industrial brasileiro encontrava-se, no entanto, no último trimestre do ano passado, ao nível atingido doze anos antes. Computados estes dois fatores e, claro, o desemprego existente neste momento, é razoável supor que o produto potencial se encontre muito acima do efetivo. Tanto mais que, como é bem sabido, de dois anos para cá vem se acelerando um movimento de reestruturação de empresas, de que têm resultado acentuados ganhos de produtividade. Tudo isto evidentemente indica que o crescimento tem um grande espaço a percorrer antes de bater no teto da capacidade existente.

Tendo em vista o que precede, podemos agora avançar uma hipótese. O crescimento industrial poderá atingir 10% no corrente ano. Estatisticamente, isto requer apenas que a produção se mantenha a um nível médio 5% inferior ao alcançado de janeiro a maio. Em tal caso, e tido em conta a expansão prevista pelo IBGE para a agropecuária (2,9%), o PIB brasileiro dificilmente deixará de ultrapassar 7% de crescimento em 1993 (veja, a propósito, a seção "Nível de Atividade").

É importante tomar consciência, desde já, desta possibilidade. Primeiramente, porque isto facilita a tomada de decisões requeridas pelo próprio crescimento. Segundo, para tentar evitar mais um *round* de estéreis discussões acerca da relação entre inflação e crescimento. Nada do que aqui se argumentou sugere que o crescimento que aí está possa ser mantido. Mais que isto, nenhum dos argumentos aqui usados conflita com a noção básica e verdadeira de que a inflação tornou-se um brutal entrave ao potencial de expansão da economia. De longe, o maior malefício causado pela inflação brasileira é impedir que esta economia exercite o seu enorme potencial.

B o l e t i m d e
Conjuntura

*Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Palácio Universidade do Brasil
Av. Pasteur, 250 sala 9
Praça Vermelha Rio de Janeiro RJ
22290-240
542 0495 e 541 8148(fax)*